



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

DFD - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Processo nº 000001238/2025

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
3/04/2024	1.0	Finalização da primeira versão do documento	LUANA CAVALCANTE SALGADO MACIEL

1. INTRODUÇÃO

Em conformidade com o artigo 13 da [Resolução nº 364/CSJT, de 29 de setembro de 2023](#), a fase de Planejamento da Contratação terá início com o recebimento do Documento de Formalização de Demanda elaborado pela unidade demandante e encaminhado para a unidade requisitante.

2. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE

Área Demandante: TRT16 - EJUD/TRT16

Responsável pela Unidade: [LUANA CAVALCANTE SALGADO MACIEL](#)

E-mail: escolajudicial@trt16.jus.br

Telefone: [9821099390](tel:9821099390)

3. IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE DEMANDANTE

Integrante Demandante: [LUANA CAVALCANTE SALGADO MACIEL](#)

Matrícula: [2066](#)

E-mail: escolajudicial@trt16.jus.br

Telefone: [9821099390](tel:9821099390)

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Escola Judicial, no seu mister de formação, aperfeiçoamento, desenvolvimento e capacitação dos servidores, continua buscando, cada vez mais, conectar-se com a realidade circundante, abrangendo temas sempre atuais e impactantes para suas palestras, com o propósito de informar, esclarecer e até mesmo modificar comportamentos, com vistas à criação de uma sociedade mais consciente. Nessa linha, mostra-se de fundamental importância a realização de curso voltado

para os servidores, servidoras, magistrados e magistradas do TRT16 que irão se aposentar em breve, tendo em vista as novas necessidades e novos desafios que surgem com esta fase da vida.

Dada a relevância dos temas tratados no referido curso e os desafios envolvidos, destaca-se a importância de abordar-se o referido tema.

5. DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO

Contratação de 1 (um) palestrante que atue na temática de transição para a aposentadoria, para ministrar palestra na modalidade telepresencial, no Evento "**CURSO PREPARATÓRIO PARA A APOSENTADORIA**", no dia 29 de abril de 2025, das 9h às 12h.

6. QUANTIDADE A SER CONTRATADA

1 (uma) palestra

7. ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estipulado para a contratação é de R\$ R\$ 1.620,00 (mil seiscentos e vinte reais).

8. INDICAÇÃO DA DATA PRETENDIDA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO

29 de abril

9. GRAU DE PRIORIDADE DA COMPRA OU DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Considerando a proximidade do evento, a presente contratação possui grau 4 de urgência e gravidade grau 2.

10. INDICAÇÃO DE VINCULAÇÃO COM OUTRO OBJETO DE CONTRATAÇÃO

Não

11. ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS

O evento está em consonância com os valores institucionais de "Acessibilidade, Ética, Respeito à diversidade, Valorização das Pessoas", especialmente no que se refere ao Objetivo Estratégico nº 2, "Promover o Trabalho Decente e a Sustentabilidade", do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021-2026, conforme estabelecido pela Portaria GP 188/2021.

Ainda, adéqua-se ao Eixo Alteridade/Subeixo Relação Interpessoal, conforme Resolução ENAMAT nº 28/2022.



Documento assinado eletronicamente por **LUANA CAVALCANTE SALGADO MACIEL, ANALISTA JUDICIÁRIA**, em 09/04/2025, às 10:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [Autenticar Documentos](#) informando o código verificador **0233509** e o código CRC **7AC4617C**.

Referência: Processo nº 000001238/2025

SEI nº 0233509

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO

Contratação de 1 (um) palestrante que atue em temática voltada para a transição para a aposentadoria, na modalidade telepresencial, no Evento “**CURSO PREPARATÓRIO PARA A APOSENTADORIA**”.

1.1. **DATA PREVISTA DA REALIZAÇÃO:** 29 de abril de 2025.

1.2. **HORÁRIO PREVISTO:** 9h a 12h

1.3. **FORMATO:** Telepresencial

2. Descrição da necessidade

A Escola Judicial, no seu mister de formação, aperfeiçoamento, desenvolvimento e capacitação dos servidores, continua buscando, cada vez mais, conectar-se com a realidade circundante, abrangendo temas sempre atuais e impactantes para suas palestras, com o propósito de informar, esclarecer e até mesmo modificar comportamentos, com vistas à criação de uma sociedade mais consciente.

Nessa linha, mostra-se de fundamental importância a realização de curso voltado para os servidores, servidoras, magistrados e magistradas do TRT16 que irão se aposentar em breve, tendo em vista as novas necessidades e novos desafios que surgem com esta fase da vida.

Dada a relevância dos temas tratados no referido curso e os desafios envolvidos, destaca-se a importância de abordar-se o referido tema.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

Trata-se de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, nos termos do art. 74, III, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021.

O serviço contratado é pontual, não possuindo natureza continuada, pois trata-se um curso único, com data e hora definidas.

O grau de eficiência da prestação dos serviços será avaliado mediante a satisfação dos participantes por meio de formulários de avaliação no portal da EJUD16.

4 Levantamento de Mercado e Justificativa da escolha do Tipo de Solução a contratar

Com relação à compatibilidade dos preços da presente contratação com os praticados no mercado, para fins de justificativa de preço para aceitação do valor ofertado (inciso III, do parágrafo único, do art. 72, IV, da Lei 14.133/2021), por se tratar da contratação de serviços técnicos profissionais especializados, resta configurada a inviabilidade de seleção de proposta mais vantajosa através de critérios objetivos, pois resulta do esforço humano, portanto singular, incomparáveis entre si, ainda que haja pluralidade de executores.

No caso concreto, considerando a impossibilidade de estimar o valor da contratação na forma estabelecida no §1º, do art. 23, c/c o art. 72, II, da Lei nº 14.133/2023, e considerando que a profissional a ser contratada não tenha emitido notas fiscais ou recibos de contratações semelhantes no período de 1 (um) ano anterior à data da contratação pelo Tribunal, a razoabilidade do preço cobrado está demonstrada, uma vez que o preço observará o valor da remuneração para profissionais de ensino determinado pela Tabela constante do Ato EJUD16 nº 1/2023 e ATO ENAMAT nº 110/2023, que regulamenta o valor da remuneração para os profissionais de ensino que prestam serviços para o TST e para as Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, como determina o art. 10, do Ato Conjunto TST/ENAMAT nº 3/2010, art. 1º do Ato ENAMAT nº 110/2023 e a Recomendação CSJT nº 10/2010, de acordo com o nível de formação da palestrante.

Tratando-se de contratação externa, cujo valor da hora-aula é estabelecido livremente pelo profissional a ser contratado, e considerando se tratar de autoridade requisitada, com expertise em assunto atual, observa-se que o valor de R\$540 (quinhentos e quarenta reais) a hora/aula, é compatível aos valores constantes nos Atos supracitados e se mostra abaixo do valor normalmente cobrado por outros profissionais externos e com mesma expertise do licitante.

Por essa razão, entende-se demonstrada a razoabilidade do valor da contratação, exigida no inciso VII, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021, por estar em

consonância com os valores recomendados pelo CSJT para ser praticado por todas as Escolas Judiciais no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, restando cumprida a exigência da justificativa do preço, de acordo com o art. 7º, §2º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

5. Descrição da solução como um todo

Contratação da palestrante GLENDA MOREIRA, através da pessoa jurídica MOREIRA MACHADO LTDA, para o “**CURSO PREPARATÓRIO PARA A APOSENTADORIA**”, no dia 29/04/2025, das 9h a 12h, com carga horária de 3 (três) horas, na modalidade telepresencial.

A contratação para o evento inclui as horas-aula ministradas pela palestrante.

A programação completa, conteúdo programático e currículo da palestrante constam nos documentos em anexo.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Contratação de 1 (um) palestrante que atue na temática “Saúde sustentável, vida vibrante: os 5 recursos que fundamentam o envelhecimento”, para ministrar palestra na modalidade telepresencial, no Evento “**CURSO PREPARATÓRIO PARA A APOSENTADORIA**”.

7. Estimativa do Valor da Contratação

O valor estipulado para a participação no evento é de R\$ R\$ 1.620,00 (mil seiscentos e vinte reais).

8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento não se aplica ao presente objeto, conforme art. 40, §3º, II da Lei nº 14.133/2021.

9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas em virtude de o objeto ser uma capacitação.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O evento está em consonância com os valores institucionais de "Acessibilidade, Ética, Respeito à diversidade, Valorização das Pessoas", especialmente no que se refere ao Objetivo Estratégico nº 2, "Promover o Trabalho Decente e a Sustentabilidade", do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021-2026, conforme estabelecido pela Portaria GP 188/2021.

Ainda, adéqua-se ao Eixo Alteridade/Subeixo Relação Interpessoal, conforme Resolução ENAMAT nº 28/2022.

11. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Dentre os benefícios a serem alcançados com a contratação, destaca-se a capacitação dos servidores e servidoras do TRT16 para estejam melhor preparados para as mudanças geradas pelo processo de aposentadoria, se tornando mais capazes de lidar com sua nova realidade e com os obstáculos naturais desta fase da vida.

12. Providências a serem Adotadas

A Escola Judicial deverá gerenciar o processo de inscrição dos participantes no curso e os procedimentos de contratação da instrutora.

Ademais, fornecerá os recursos necessários para realização do curso no espaço físico do Auditório da EJUD.

13. Possíveis Impactos Ambientais

Considerando o objeto da contratação, não é pertinente o estabelecimento de critérios de sustentabilidade, ante a ausência de impacto ambiental.

14. Mapa de Riscos

Pela inexecução total do contrato o TRT16 poderá, garantido o contraditório e a prévia defesa, aplicar à contratada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, consoante art. 156, III e §4º da Lei nº 14.133/2021.

Pode ocorrer motivo de força maior, que o/a profissional não possa comparecer ao evento, situação em que a contratada poderá substituir o instrutor por outro profissional renomado na área.

15. Posicionamento Conclusivo/ Declaração da Viabilidade

Considera-se que a contratação atende às necessidades encontradas e é viável.

Ante a situação diferenciada decorrente da notória especialização, por ser a mais adequada para a satisfação da demanda, tem-se a inferir que a contratação direta de GLENDA MOREIRA, através da pessoa jurídica MOREIRA MACHADO LTDA enquadra-se na hipótese da inexigibilidade de licitação, art. 74, III, alínea "f", da Lei 14.133/2021.



Luana Cavalcante Salgado Maciel

Secretária Executiva da EJUD16



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
Av. Senador Vitorino Freire, Nº 2001, - Bairro Areinha, São Luís/MA, CEP 65030-015
Telefone: (98) 2109 - 9300 - www.trt16.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 000001238/2025

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEAS “A” E “I” DA LEI Nº 14.133/2021)

- Contratação de GLENDA MOREIRA, através da pessoa jurídica MOREIRA MACHADO LTDA, CNPJ: 56.000.038/0001-19, para realização de serviço de palestra, com o tema “Saúde sustentável, vida vibrante: os 5 recursos que fundamentam o envelhecimento”, no dia 29 de abril de 2025, telepresencialmente, das 9h às 12h, com carga horária de 3h (três horas), aberta aos servidores, servidoras, magistrados e magistradas do TRT16, com estimativa de 60 (sessenta) pessoas, em conformidade com as especificações e exigências detalhadas neste instrumento.

- Disponibilidade no dia do evento, desde 1 (uma) hora anterior ao início das atividades.

- O preço final deverá incluir todas as despesas referentes aos tributos, e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.

- O preço final deverá contemplar, também, a cessão do direito de uso de imagem especificamente para textos, imagens e arte-final para divulgação do evento contratado, assim como para a realização de registros fotográficos do evento para uso institucional.

- O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da Nota de Empenho substitutiva do Termo de Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

- Eventuais alterações de data e/ou horário serão previamente comunicados à Contratada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “B” DA LEI Nº 14.133/2021)

A Escola Judicial, no seu mister de formação, aperfeiçoamento, desenvolvimento e capacitação dos servidores, continua buscando, cada vez mais, conectar-se com a realidade circundante, abrangendo temas sempre atuais e impactantes para suas palestras, com o propósito de informar, esclarecer e até mesmo modificar comportamentos, com vistas à criação de uma sociedade mais consciente.

Neste sentido, a Escola Judicial do TRT da 16ª Região realizará o “CURSO PREPARATÓRIO PARA APOSENTADORIA”, no dia 29 de abril de 2025, na modalidade telepresencial, o qual será composto pela palestra objeto do presente termo.

O curso possui como público-alvo servidores, servidoras, magistrados e magistradas do TRT16 e possui como objetivo promover a preparação para a aposentadoria, com a disseminação de conhecimentos para o crescimento pessoal e profissional nesta nova fase, assim como a aprendizagem de mecanismos para superar os novos obstáculos.

Dada a relevância dos temas tratados no referido curso e os desafios envolvidos, destaca-se a importância de abordar-se o referido tema.

I. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “C”)

A solução proposta consiste na contratação de GLENDA MOREIRA, através da pessoa jurídica MOREIRA MACHADO LTDA, CNPJ: 56.000.038/0001-19, para realização de serviço de palestra, com o tema “Saúde sustentável, vida vibrante: os 5 recursos que fundamentam o envelhecimento”, no dia 29 de abril de 2025, telepresencialmente, das 9h às 12h, com carga horária de 3h (três horas), aberta aos servidores, servidoras, magistrados e magistradas do TRT16, com estimativa de 60 (sessenta) pessoas, em conformidade com as especificações e exigências detalhadas neste instrumento.

A contratação para o evento inclui as horas-aula ministradas pela palestrante.

A programação completa, conteúdo programático e currículo da palestrante constam em anexo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “D” DA LEI Nº 14.133/2021)

O presente Termo de Referência trata da contratação de serviços técnicos especializados em aperfeiçoamento de pessoal, nos termos do art. 74, inc. III, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021, a ser realizado por meio da contratação da palestrante GLENDA MOREIRA, através da pessoa jurídica MOREIRA MACHADO LTDA, CNPJ: 56.000.038/0001-19.

O conteúdo programático do curso, constante em documento anexo, atende às necessidades da contratação.

Não haverá exigência de garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, por se tratar de contratação com curto prazo de execução do serviço.

A execução do serviço deverá seguir os seguintes requisitos:

- Disponibilidade no dia do evento, desde 1 (uma) hora anterior ao início das atividades.
- Apresentação profissional e execução integral da palestra conforme descrito na proposta comercial;
- Cessão do direito de uso de imagem especificamente para textos imagens e arte-final para divulgação do evento contratado;
- Cessão do direito de uso de imagem para registros fotográficos do evento, exclusivamente para fins institucionais. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. VISTORIA

O serviço será considerado entregue após a realização da palestra, mediante constatação pela Escola Judicial.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “E” DA LEI Nº 14.133/2021)

A contratada GLENDA MOREIRA, através da pessoa jurídica MOREIRA MACHADO LTDA, CNPJ: 56.000.038/0001-19, para realização de serviço de palestra, com o tema “Saúde sustentável, vida vibrante: os 5 recursos que fundamentam o envelhecimento”, no dia 29 de abril de 2025, telepresencialmente, das 9h às 12h, com carga horária de 3h (três horas), aberta aos servidores, servidoras, magistrados e magistradas do TRT16, com estimativa de 60 (sessenta) pessoas, em conformidade com as especificações e exigências detalhadas neste instrumento.

A contratação para o evento inclui as horas-aula ministradas pela palestrante.

No caso de alteração na disponibilidade da palestrante, a contratada deve realizar a comunicação ao contratante com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

A expedição de certificados de participação será realizada pela Escola Judicial ao término

do curso.

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “F” DA LEI Nº 14.133/2021)

7.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art.115, caput).

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art.117, caput).

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art.117,§1º).

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117,§2º).

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art.121, caput).

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá o onerar objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art.121, §1º).

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN5/2017, art.44, §2º).

Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da contratada junto ao SICAF. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.2 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO EM EDIÇÃO PARA FATURAMENTO

A avaliação da execução do objeto, considerando a natureza do serviço a ser prestado, utilizará para aferição da qualidade da prestação dos serviços, os seguintes critérios:

- Atendimento integral das exigências do Termo de Referência e Proposta da Contratada;
- Qualidade dos serviços prestados;
- Pontualidade na execução dos serviços.

Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sempre juízo das sanções cabíveis, casos e constate que a Contratada:

- Não produzir os resultados acordados;
- Deixar de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

- Deixar de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3 DO RECEBIMENTO

Considerando que objeto contratado é uma palestra única e de curta duração, prevista para ser realizada em um único dia, não se mostra viável o recebimento provisório seguido de definitivo, uma vez que a entrega do serviço ocorre integralmente no momento da execução do evento.

Dessa forma, o recebimento será considerado completo após a realização da palestra e avaliação da conformidade com o que foi contratado, obedecendo às seguintes diretrizes:

- Realizar a análise de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- Comunicar à contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

O recebimento não excluirá a responsabilidade civil pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético- profissional pela perfeita execução do contrato.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “H”, DA LEI Nº 14.133/2021)

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso III, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021.

Para atingir os objetivos pretendidos é necessário que o profissional que irá ministrar a palestra seja notório conhecedor do tema e com experiência no assunto objeto da contratação.

Na contratação em questão, verifica-se que a palestrante a ser contratada é experiente e possui conhecimentos sólidos e principalmente práticos no assunto, conforme currículo a seguir.

GLENDIA MOREIRA:

Doutoranda pelo Programa de Medicina Tropical, no Instituto Oswaldo Cruz - FIOCRUZ - RJ. Mestre em Saúde da Família com temática em Cuidados Paliativos e Educação Médica pelo Centro Universitário UNINOVAFAP. Pós graduação Lato Sensu - Especialização em Educação na Saúde para Preceptores no SUS pelo Hospital Sirio Libanês - São Paulo. Atualização em Cuidados Paliativos pelo PALLIUM LATINO AMERICA (Buenos Aires - Argentina) com apoio OXFORD INTERNATIONAL CENTRE FOR PALLIATIVE CARE .OICPC (Oxford - United Kingdom). Pós graduada em Geriatria e Gerontologia pelo Serviço de Geriatria do Hospital das Clínicas da USP-Universidade São Paulo. Pós graduada em Residência Médica nas áreas de Clínica Médica pelo SUS São Paulo/Hospital Heliópolis. Graduada em Medicina pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Atualmente é Médica Assistente da Unidade de Clínica Médica / Geriatria - HU- UFPI. Preceptora do Programa de Residência Médica em Geriatria, no HU- UFPI. Coordenadora Médica da Comissão de Cuidados Paliativos, no HU- UFPI.

Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- SICAF;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, mantido pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de Habilitações fiscal, social e trabalhista: prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretariada Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional; prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (ART. 92, INCISOS X, XI E XIV DA LEI Nº 14.133/2021).

São obrigações do Contratante:

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo como presente Termo de Referência e os termos de sua proposta;
- Fornecer os materiais/recursos a serem utilizados na execução do objeto contratado, notadamente, preparação do local de realização da palestra no espaço físico do Auditório Ari Rocha no TRT-16 e microfones/assessórios necessários para a realização exitosa do evento.
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura fornecida pela CONTRATADA Aplicará o Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

É de inteira responsabilidade do CONTRATANTE a paralisação do evento em virtude de falta de energia elétrica, ou quaisquer caso fortuito, ficando o CONTRATADO isento de culpa, e no direito do recebimento integral do contrato

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, INCISOS XIV, XVI E XVII DA LEI Nº 14.133/2021)

- Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta.
- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT
- Comunicar ao fiscal do contrato, de forma imediata, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique durante a prestação dos serviços.
- Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- Solicitar em tempo hábil, todas as informações necessárias para o cumprimento das suas obrigações contratuais, exceto aquelas que já forem da responsabilidade do CONTRATANTE.

11. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvido sem formato interoperável, afim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Os contratos e convênios de que trata o §1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, INCISOS XII E XIII DA LEI Nº 14.133/2021)

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, em riscos de baixa probabilidade, com baixo grau de impacto e danos aceitáveis, durante a execução contra

13. DO PAGAMENTO (ART. 92, INCISO V E VI DA LEI Nº 14.133/2021)

13.1 FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta indicados pelo contratado.

Será considerada a data do pagamento o dia em que constar com o emitida a ordem bancária de pagamento.

13.2 PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento Fiscal/Fatura. Considera-se o corrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante efetuar a execução do objeto do contrato.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA de correção monetária.

13.3 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a contratada para que emita nova nota fiscal ou fatura como valor exato dimensionado.

O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresenta expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- O prazo de validade;
- A data da emissão;
- Os dados do contrato e do órgão contratante;
- O período respectivo de execução do contrato;
- O valor a pagar;
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da conta de pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese o pagamento para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Previamente à emissão de nota de empenho, e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar a razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratação de Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada a notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual dos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se consuma a rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, INCISO XIV DA LEI Nº 14.133/2021)

O descumprimento de qualquer obrigação legal/prevista no Termo de Referência poderá ensejar a aplicação de penalidades previstas na legislação e no Termo de Referência, incluindo advertências, multas, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração pública.

As sanções a serem aplicadas ao responsável por infrações administrativas ou descumprimento de obrigações constantes no Termo de Referência levarão em conta que o objeto da presente contratação é a realização de uma palestra e serão aplicadas nos moldes previstos na legislação de regência, de acordo com o concreto da respectiva irregularidade.

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento de serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado no prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e e l do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justificam a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

Multa:

- Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por hora de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o limite de 2 (duas) horas;

O atraso superior a 2h autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com as previstas no art. 156, §7º).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art.157).

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da prestação ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art.156,§1º):

- A natureza e a gravidade da infração cometida;
- As peculiaridades do caso concreto;
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- Os danos que dela provierem para o Contratante;
- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitação e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e as competências definidos na referida Lei (art. 159).

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação das sanções, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Restritas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar serão passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, INCISO XIX, DA LEI Nº 14.133/2021)

O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que a Administração deverá providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa do Contratado:

- Ele ficará constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas. A Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em continuidade da execução contratual.

- O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei. O termo de rescisão, se possível, será precedido por:

- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

16. DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, INCISO III, DA LEI Nº 14.133/2021)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.072/1990-Código de Defesa do Consumidor- e normas e princípios gerais dos contratos.

17. ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, desde que a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

19. FORO

É eleito o Foro da Justiça Federal em São Luís-MA, Seção Judiciária do Maranhão, para dirimir os litígios decorrentes da execução desta contratação e que não possam ser compostos por conciliação, conforme o art. 1º, §1º, da Lei nº 14.133/21.

20. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$1.620,00 (mil seiscentos e vinte reais), conforme orçamento comercial fornecida pela parte contratada.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício.

Luana Cavalcante Salgado Maciel
Secretária Executiva da EJUD16



Documento assinado eletronicamente por **LUANA CAVALCANTE SALGADO MACIEL**, **ANALISTA JUDICIÁRIA**, em 09/04/2025, às 10:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [Autenticar Documentos](#) informando o código verificador **0235537** e o código CRC **80D0E72D**.

Referência: Processo nº 000001238/2025

SEI nº 0235537



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

MAPA DE RISCOS

MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

1. Objeto da Matriz de Gerenciamento de Riscos

Contratação de GLENDA MOREIRA, através da pessoa jurídica MOREIRA MACHADO LTDA, CNPJ: 56.000.038/0001-19, para realização de serviço de palestra, com o tema “Saúde sustentável, vida vibrante: os 5 recursos que fundamentam o envelhecimento”, no dia 29 de abril de 2025, telepresencialmente, das 9h às 12h, com carga horária de 3h (três horas), aberta aos servidores, servidoras, magistrados e magistradas do TRT16, com estimativa de 60 (sessenta) pessoas.

2. Matriz de Riscos

Probabilidade	Alta	Riscos podem ser aceitos, mas é necessário seu monitoramento	Deve haver ciência da governança do órgão, para extensivo gerenciamento de risco	Deve haver ciência da governança do órgão, para extensivo gerenciamento de risco
	Média	Riscos podem ser aceitos	Riscos podem ser aceitos, mas é necessário seu monitoramento	Deve haver ciência da governança do órgão, para extensivo gerenciamento de risco
	Baixa	Riscos podem ser aceitos	Riscos podem ser aceitos	Riscos podem ser aceitos, mas é necessário monitoramento
		Baixo	Médio	Alto
		Impacto		
	Risco Baixo	Risco Médio	Risco Alto	

·Risco Baixo: Compromete minimamente o atingimento do objetivo; para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.

·Risco Médio: Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.

·Risco Alto: Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objeto/resultado.

3. Riscos Identificados

Fase de Planejamento da Contratação

RISCO 01 - Escolha de solução ineficaz no ETP e/ou Descrição do serviço de forma incompleta ou equivocada no TR		
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta	
Nível de Risco:	Risco Médio	
Id	Dano	
1.	Prejuízo ao cronograma de planejamento do evento.	
2.	Necessidade de refazer o Estudo Técnico Preliminar (ETP) ou o Termo de Referência (TR), gerando atrasos no processo.	
3.	Comprometimento da data de execução do evento.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Garantir que o ETP e o TR sejam elaborados com a maior clareza possível, detalhando todas as especificações da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
2.	Consultar fornecedores e outros órgãos públicos que realizaram eventos similares para levantar dados relevantes.	
3.	Antecipar o processo de elaboração do ETP/TR para corrigir possíveis erros com tempo hábil.	
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Realizar a revisão do ETP/TR e refazer processo de contratação com as correções necessárias.	Equipe de Planejamento da Contratação

RISCO 02 - Estimativa de preço não reflete o mercado		
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta	
Nível de Risco:	Risco Médio	
Id	Dano	
1.	O valor de mercado utilizado para a contratação não reflete a realidade, podendo prejudicar a execução do contrato ou gerar pagamento acima do valor justo.	
2.	A contratação pode resultar em pagamento superior ao praticado no mercado para capacitações semelhantes, afetando a economia da administração pública.	
3.	A verificação do preço de mercado pode ser imprecisa, caso as notas fiscais utilizadas para comparações não representem adequadamente o preço praticado por outros entes públicos.	
Id	Ação Preventiva	Responsável

1.	Validar o preço com base na verificação de notas fiscais de prestação de serviços similares fornecidas pela contratada a outros órgãos ou instituições.	Equipe de Planejamento da Contratação
2.	Analisar os preços praticados em capacitações semelhantes realizados por outros entes públicos, de modo a garantir que a proposta não esteja superfaturada em relação ao mercado.	
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Se o valor estimado de mercado for superior ao praticado em outros entes públicos, ajustar o preço da contratação de acordo com as evidências coletadas nas notas fiscais.	Equipe de Planejamento da Contratação

RISCO 03 - Falta de recursos financeiros no orçamento		
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	(X) Baixa () Média () Alta	
Nível de Risco:	Risco Baixo	
Id	Dano	
1.	Não possibilidade de contratação do serviço e/ou pagamento à contratada.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Realização de planejamento das contratações necessárias com a devida antecedência.	Equipe de Planejamento da Contratação
2.	Obter orçamentos fidedignos na fase de pré-cotação a fim de se ter um valor prévio para solicitação de emissão/formalização de pré-empenho.	Equipe de Planejamento da Contratação
3.	Realização de adequação orçamentária a partir da realização do remanejamento de valores do orçamento pela SOF conforme despacho autorizativo da DG.	SOF e DG
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Cancelamento da demanda, após decisão do gestor do Contrato.	Ordenadora de Despesas

Fase de Execução/Gestão do Contrato

RISCO 04 - Proponente não atende à convocação para celebrar o contrato		
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta	
Nível de Risco:	Risco Médio	
Id	Dano	

1.	Impossibilidade de iniciar a execução dos serviços.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Planejar o prazo necessário para início da execução contratual, considerando as providências preliminares a cargo das partes.	Equipe de Planejamento Contratação
2.	Garantir que a nota de empenho da despesa seja recebida pela contratante.	EJUD
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Aplicar sanção prevista na Lei nº 14.133/2021, conjugado com multa de inexecução total do contrato.	EJUD/Diretoria-Geral

RISCO 05 - Serviço prestado de forma insatisfatória/deficiente		
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta	
Nível de Risco:	Risco Baixo	
Id	Dano	
1.	Demandas não atendidas adequadamente.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Realizar reuniões durante a execução, objetivando garantir a qualidade dos serviços.	Equipe de Fiscalização e Gestão do Contrato
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Aplicar penalidade.	Presidência

RISCO 06 - Fiscalização inadequada do contrato		
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixa (X) Média () Alta	
Nível de Risco:	Risco médio	
Id	Dano	
1.	Contrato fiscalizado de forma insatisfatória/deficiente.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Documentar o acompanhamento da fiscalização.	Equipe de Planejamento da Contratação/Escola Judicial
2.	Designar fiscal que tenha conhecimento técnico e administrativo suficiente do objeto.	Gestor da unidade requisitante/EJUD
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Efetuar a troca do fiscal.	Escola Judicial
2.	Abrir procedimento administrativo disciplinar (PAD) contra o fiscal infrator.	Escola Judicial

Luana Cavalcante Salgado Maciel
Secretária Executiva da EJUD16



Documento assinado eletronicamente por **LUANA CAVALCANTE SALGADO MACIEL, ANALISTA JUDICIÁRIA**, em 09/04/2025, às 10:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [Autenticar Documentos](#) informando o código verificador **0235544** e o código CRC **174841C1**.

Referência: Processo nº 000001238/2025

SEI nº 0235544



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

Processo Nº: 000001238/2025

DESPACHO DIRG Nº 2028/2025

Tratam os autos da contratação da palestrante GLENDA MOREIRA, através da pessoa jurídica MOREIRA MACHADO LTDA, CNPJ: 56.000.038/0001-19, para ministrar a palestra "*Saúde sustentável, vida vibrante: os 5 recursos que fundamentam o envelhecimento*" no "CURSO PREPARATÓRIO PARA A APOSENTADORIA", no dia 29/04/2025, das 9h às 12h, com carga horária de 3 (três) horas, na modalidade telepresencial, no valor de R\$ 1.620,00 (mil seiscentos e vinte reais), conforme proposta apresentada em doc. SEI nº 0235552.

Por meio do Ofício Nº 69/2025/EJUD/TRT16, doc. SEI nº 0235555, a Diretora da Escola Judicial autoriza a despesa utilizando recursos da ação orçamentária de Capacitação de Recursos Humanos, em conformidade com o Ato Conjunto GP. EJUD16 nº 001/2015.

Por meio do Despacho AEAO nº 146/2025, doc. SEI nº 0236816, a Secretaria de Orçamento e Finanças informou que há disponibilidade orçamentária suficiente para custeio da presente demanda, cujo montante foi devidamente registrado no sistema SIGEO, conforme Adequação Orçamentária nº 2025AD000251, doc. SEI nº 0236815.

Por meio do Parecer DIVAJ Nº 305/2025, doc. SEI nº 0239139, a Divisão de Assessoramento Jurídico concluiu o seguinte:

(...)

Ante o exposto, conclui-se que os Estudos Técnicos Preliminares em exame estão de acordo com a legislação a eles correlata.

(...)

Portanto, conclui-se que o planejamento da contratação preenche os requisitos elencados pela Lei nº 14.133/21.

Por oportuno, cabe ressaltar a necessidade de juntar aos autos consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN e Declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF referentes à licitante.

III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, manifesta-se a DIVAJ, com fulcro nos arts. 53, § 4º, e 72, inciso III, ambos da Lei nº 14.133/2021, pela possibilidade de contratação da pessoa jurídica MOREIRA MACHADO LTDA., inscrita no CNPJ nº 56.000.038/0001-19, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021.

Alerta-se para o fato de que, como condição indispensável para a sua eficácia, o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, bem como há de se fazer a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de 10 dias, a teor, respectivamente, do art. 72, parágrafo único, e do art. 94, II, da Lei nº 14.133/2021.

É o parecer, o qual se submete à apreciação Superior.

Em doc. SEI nº 0239294, foi anexada a certidão de regularidade junto ao CADIN. Não foi constatado cadastro junto ao SICAF para fins de emissão da certidão.

Isso posto, consubstanciado no Parecer DIVAJ Nº 305/2025, doc. SEI nº 0239139, e com fulcro no art. 2º, III, da [Portaria GP/TRT16 nº 20/2024](#), **AUTORIZO** a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da palestrante GLENDA MOREIRA, através da pessoa jurídica MOREIRA MACHADO LTDA, CNPJ: 56.000.038/0001-19, com fundamento no art. 74, inciso III, “f”, da Lei nº 14.133/2021.

Ao **Apoio Administrativo desta Diretoria-Geral** para providenciar a publicação do extrato de inexigibilidade de Licitação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e, tão logo esteja disponível, juntar a publicação do Extrato de Inexigibilidade e disponibilizar no aplicativo “Contas Públicas”, no site deste Tribunal.

Após, à **Secretaria de Orçamento e Finanças** para emissão de nota de empenho no valor de R\$ 1.620,00 (um mil seiscentos e vinte reais) em favor da pessoa jurídica MOREIRA MACHADO LTDA, CNPJ: 56.000.038/0001-19.

Em seguida, à **Coordenadoria de Administração e Gestão Negocial** para providenciar a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observado o prazo de 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta, (art. 94, caput e inciso II, da Lei nº 14.133/2021), bem como vincular as servidoras LUANA CAVALCANTE SALGADO MACIEL e ÁUREA SUZANA DE SOUZA MARQUES, no módulo Execução Financeira do sistema SIGEO-JT, conforme estabelecido no parágrafo 1º, do art. 6º, do Ato Regulamentar GP nº 02/2022.

Por fim, os autos deverão ser encaminhados à **Escola Judicial** para aguardar o recebimento da nota fiscal.

São Luís (MA), datado e assinado eletronicamente.

MARIA DO CARMO DA SILVA MATOS

DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO DA SILVA MATOS, Diretora-Geral Substituta**, em 23/04/2025, às 16:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [Autenticar Documentos](#) informando o código verificador **0239296** e o código CRC **830BF072**.

Referência: Processo nº 000001238/2025

SEI nº 0239296